

Temas e dilemas do Multiculturalismo nos Estados Unidos da América¹

João de Mancelos

(Universidade Católica Portuguesa)

Palavras-chave: Multiculturalismo, EUA, grupos étnicos, identidade, discriminação positiva

Keywords: Multiculturalism, USA, ethnic groups, identity, affirmative action

1. Introdução: convivências difíceis

A História prova que a convivência entre diferentes etnias é quase sempre originadora de tensões e conflitos, às vezes contidos por um frágil equilíbrio político, outras ocasiões eclodindo abertamente em guerras e massacres. Os exemplos são inúmeros e continuam a persistir no mundo hodierno, pois, seja qual for o continente ou nação, há sempre grupos minoritários que sofrem o estigma da diferença: os sikhs na Índia, os xiitas no Líbano, os franceses no Canadá, os árabes em Israel, os turcos na Alemanha, os angolanos em Portugal, os portugueses na Suíça, etc.

Os Estados Unidos da América, quer pela sua herança histórica, quer por continuarem a constituir um centro polarizador para imigrantes oriundos das mais variadas paragens, apresentam uma grande diversidade em termos étnicos e culturais. Por isso mesmo, é frequente falar-se no mosaico americano, no caleidoscópio de etnias, na nação de nações.

À semelhança de outros países, os EUA debatem-se com problemas internos, relacionados com esta variedade multicultural. As discórdias e os confrontos interétnicos ocorrem quotidianamente e, por vezes, magnetizam não apenas o interesse da nação, mas também do planeta. Por exemplo, em 1992, as imagens do espancamento do negro Rodney King, por agentes policiais, indignaram os afro-americanos e traduziram-se no tumulto de Los Angeles, que galvanizou nos EUA o debate em torno da raça (Omi 145-46).

Situações como esta constituem o culminar de inúmeras tensões acumuladas ao longo de séculos: discriminação e exploração, assimetrias económicas e sociais, confrontos étnicos, etc. Na realidade, o processo de harmonização social nos EUA tem sido moroso, complexo, e encontra-se longe de ter terminado. Nos dias de hoje, são vários os dilemas que se colocam à sociedade multicultural norte-americana e que analiso nas próximas páginas.

¹ Mancelos, João de. "Temas e dilemas do Multiculturalismo nos Estados Unidos da América". *Máthesis* (Universidade Católica Portuguesa, Viseu) 12 (2003): 73-85. ISSN: 0872-0215.

2. A diferença: aceitar ou ignorar?

A assunção da diferença resulta de dois pressupostos: cada grupo étnico tem uma identidade própria e determinadas características socioculturais, inseridas num processo de reconfiguração; esses mesmos traços tornam o grupo diferente tanto dos outros, como de uma comunidade que serve de norma. Nos EUA, essa comunidade-padrão tem sido o WASP, vulgarmente assumido como a maioria. No entanto, e segundo as estatísticas, a *maioria* está a deixar de o ser: em meados do terceiro milénio, a *etnia branca não hispânica* (expressão presente no *Census*) será menos numerosa do que as outras, se consideradas em conjunto.

Essa mudança levanta questões pertinentes: se o WASP já não é a maioria, poderá continuar a ser o padrão? E haverá *realmente* necessidade de um padrão? Para Marie Gillespie, professora de Sociologia, a resposta é *não* a ambas as questões. Segundo a ensaísta, a diferença tem de ser entendida como um fator intrassocial e não extrassocial, ou seja, como uma *característica* da sociedade. Implicitamente, não existe uma norma ou centro de contraste, mas antes *eixos de diferença* (Gillespie 11). Esta expressão parece-me curiosa, pois releva a variedade (*diferença*), sem impor um padrão, antes considerando existirem vários polos (*eixos*). Ao mesmo tempo, o termo *eixos* sugere *dinamismo*, o que se enquadra na maneira de perceber as comunidades como grupos que não são estáticos.

Uma vez reconhecida a diferença, duas atitudes podem ser tomadas: ignorá-la ou assumi-la. Nenhuma das opções está isenta de riscos: ignorar que o Outro é diferente pode ser uma forma de discriminação tão grande quanto assumir que ele é, de facto, diferente. Para Martha Minow, professora de Direito na Universidade de Harvard, tratar alguém de uma minoria como se este pertencesse a uma maioria (processo designado por *integracionismo*) pressupõe não prestar atenção às diferenças, valores culturais e modos de vida dessa pessoa. Pior, pode significar uma tentativa de subverter essa identidade em favor de uma assimilação forçada no grupo minoritário. Por outro lado, optar por uma não integração da minoria na maioria também é uma forma de discriminação (Minow 20-21).

Como solucionar este problema? A comunidade é constituída por *indivíduos*, pessoas que podem desejar ou não que a sua diferença seja reconhecida. Entre alguns jovens não euro-americanos, a vontade de ser assimilado é tão grande que leva à rejeição dos traços culturais do grupo a que pertencem: um chicano que rejeita o espanhol e prefere falar apenas inglês, um ameríndio que volta costas aos valores da sua tribo, um asiático que prescinde da alimentação típica da sua cultura em prol de um hambúrguer estandardizado, etc. Por isso mesmo, a diferença não pode ser uma imposição, devendo respeitar-se a liberdade do indivíduo, ele próprio *diferente* dentro de uma comunidade *diferente*.

3. A essência do grupo étnico: autenticidade vs. construção

A identidade de um grupo étnico será estática ou, pelo contrário, evolutiva? Até que ponto pode o perfil de uma comunidade ser forjado? E a quem interessaria tal invenção? Estas e outras questões são particularmente pertinentes para compreender o atual panorama da sociedade norte-americana.

Segundo Stuart Hall, teórico cultural jamaicano, na introdução de *Questions of Cultural Identity*, todos os grupos étnicos possuem uma componente de autenticidade que lhes advém da cultura e tradições que partilham, da língua ou dialeto que falam, do *sentido do nós* que os une, do passado comum e dos ideais que pretendem atingir (Hall 1). Contudo, essas características não constituem um núcleo *estático*. Pelo contrário, todas as comunidades se *transformam* mediante o contacto com os restantes grupos, não *fora* da diferença, mas *através* desta; necessitam do Outro para ganhar sentido e estabelecer contrastes; e mudam ao longo do tempo, por influência externa (Hall 4). Ou seja, toda a identidade é *dinâmica*, construída através de um processo constante e interativo, ora consciente, ora inconsciente; ora estratégico, ora involuntário. Nas palavras de Hall:

Identities are about questions of using the resources of history, language and culture in the process of becoming rather than being: not 'who we are' or 'where we came from', so much as what we might become, how we have been represented and how that bears on how we might represent ourselves. They relate to the invention of the tradition as much as to the tradition itself, which they oblige us to read not as an endless reiteration but as 'the changing same': not the so-called return to the roots but a coming to terms with our routes. (Hall 4)

Roots e *routes*, raízes e caminhos, tradição e opção, são valores que intervêm no processo construtivo da identidade. Contudo, não são os únicos: Hall defende que o sentido de identidade tem de ser inscrito também no contexto político, nos jogos de poder, no discurso institucional em que inevitavelmente se situa (Hall 1).

Embora o ensaísta não se debruce sobre nenhum exemplo específico, a verdade é que eles são abundantes e esclarecedores. Um caso típico é o dos asiáticos americanos, um grupo composto por naturais ou descendentes de japoneses, chineses, filipinos, coreanos, khmers, vietnamitas, etc. Superficialmente, poder-se-ia pensar que existe um sentido de comunidade que os une, mas não é isso que sucede. As respetivas línguas, culturas e identidades são diferentes, havendo inclusivamente ódios ancestrais entre os japoneses e os restantes asiáticos. No entanto, como explica Yen Le Espiritu, especialista em estudos étnicos e em migração, ao

longo dos séculos XIX e XX, estes grupos optaram por se unir na mesma luta, projetando a imagem de uma *identidade asiática comum*, para usufruírem dos programas de discriminação positiva (Espiritu 23-33). Um ativista da *Asian American Political Alliance*, um movimento contestatário pan-asiático dos anos sessenta, afirma:

There were many Asians out there in the political demonstrations but we had no effectiveness. Everyone was lost in the larger rally. [...] We figured that if we rallied [...] behind an Asian American banner, we would have an effect on the larger public. We could extend the influence beyond ourselves, to other Asian Americans. (Espiritu 34)

Mutatis mutandis, o que se diz a propósito dos asiáticos também se aplica às inúmeras tribos ameríndias e africanas, ou aos imigrantes europeus, provenientes de países tão diferentes. Neste sentido, pode afirmar-se que ocorreu uma aliança estratégica entre vários grupos, para defender interesses comuns e oferecer resistência à cultura atomizante do WASP.

A identidade não se liga apenas a raízes e opções, estratégias políticas e jogos de poder; a moda e a subjetividade têm a sua importância em toda esta problemática. Presentemente, nos boletins de recenseamento, um indivíduo já pode optar por se identificar com uma etnia, mesmo que pouco tenha a ver com ela. Até há alguns anos, as estatísticas não permitiam saber qual o grupo étnico a que um indivíduo euro-americano pertencia, a menos que essa pessoa fosse um imigrante de primeira geração, pois todos os outros eram classificados como “native white of native parentage”. Na década de oitenta, e devido a diversas pressões, o censo passou a incluir uma pergunta destinada a identificar a etnia. Curiosamente, no *Bureau of Census* de 1980 mais de 80% dos imigrantes de segunda, terceira e até quarta geração conseguiam identificar as raízes étnicas (Waters 10). Tal poderia ser interpretado como um ponto a favor daqueles que defendem que o sentido de comunidade persiste ao longo dos tempos. Mas será exatamente assim? O que significarão as incongruentes mudanças de etnia dos mesmos indivíduos de censo para censo?

Numa tentativa de saber o que a identidade significa para as pessoas e como se transmite às gerações seguintes, a socióloga Mary Waters, professora na Universidade de Harvard, levou a cabo o estudo *Ethnic Options: Choosing Identities in America*. Tal consistiu numa série de entrevistas conduzidas nas áreas suburbanas de San Jose, na Califórnia, e em Filadélfia, na Pensilvânia, zonas onde existe uma grande diversidade de comunidades étnicas. Deste estudo, a investigadora concluiu que a identidade é escolhida de uma forma pouco precisa e baseada mais em aspetos subjetivos do que em factos. Por outras palavras, é *construída*, é *imaginada*, e resulta muitas vezes de uma *opção* (Waters 6).

Como exemplos do carácter aleatório da escolha, bastam duas das respostas recolhidas.

Mike Old, um advogado de 54 anos, replicou à pergunta acerca das suas origens com um simples “English and French”, mas acrescenta:

R: ‘Well, my mother was English and my father was French and Polish.’

Q: ‘Then why would you not answer English, French and Polish?’

R: ‘I don’t know. I guess I just never think about the Polish.’

(Waters 24)

Teria sido interessante saber porquê. Outras escolhas da etnia dependiam de preconceitos ou de fatores subjetivos:

Q: ‘When you were growing up did you consider yourself ethnic?’

A: ‘Yes, I was very strongly Italian, because the Irish... whenever I was in a bad mood, that was the Irish in me. So I always related the Irish with the bad things and the Italian with all of the good things.’ (Waters 25)

Existe também um crescente número de pessoas que opta por pertencer a uma etnia com a qual não tem qualquer laço de sangue ou cultura. Um afro-americano, por exemplo, pode legalmente afirmar que é um membro dos filipinos, enquanto um ameríndio pode dizer que é italo-americano, simplesmente porque se identificam com esses grupos. Todas as opções, mesmo as mais bizarras, são possíveis no atual quadro estatístico, dado que a vontade do indivíduo se contrapõe à herança étnica. São dois polos em tensão que o ensaísta Werner Sollors, professor de estudos afro-americanos, define, na obra *Beyond Ethnicity: Consent and Descent in American Culture*, pelos termos *descent and consent* (Sollors 9).

A partir destes dados concluo que a toda a identidade é uma *construção* dinâmica, em que cada grupo étnico oferece e recebe, adquire e rejeita certas características, no contacto com os outros. Neste sentido, todas as identidades são *híbridas* ou *crioulas*, e em permanente mudança (Gillespie 4). A identidade opera-se também através de *opções* culturais, políticas, sociais, e de uma constante reinvenção da imagem que o grupo étnico projeta de si.

A par das grandes opções coletivas, caminham outras, de carácter individual: o caso das pessoas que escolhem pertencer a uma etnia diferente daquela que é, efetivamente, a sua, por questões subjetivas ou de modismo.

4. O dilema da discriminação positiva

Desde os anos sessenta que presidentes como Kennedy, Johnson ou Nixon têm proposto medidas de *affirmative action* que visam facilitar o acesso de afro-americanos, asiáticos,

ameríndios e chicanos ao ensino superior, a postos de trabalho em áreas profissionais ainda dominadas pelos euro-americanos, a ajudas da segurança social. Este tipo de *discriminação positiva* vem na sequência das lutas pelos direitos cívicos e das medidas que tendem, pelo menos em teoria, a reduzir as assimetrias que se verificam entre as diversas etnias ao nível da escolaridade, economia, emprego, etc.

O ensino, por exemplo, é uma das áreas em que a discriminação positiva mais se tem concentrado. Para corrigir assimetrias culturais, algumas universidades decidiram baixar as médias de acesso, quando o candidato é um afro-americano ou um asiático. Várias faculdades pertencentes à Ivy League aderiram a este sistema, impondo classificações médias de 4.0 para brancos e 3.0 para os estudantes pertencentes a minorias. Como resultado deste processo, a Universidade da Virgínia viu duplicado o número de alunos negros em apenas cinco anos. Ao nível nacional, enquanto em 1966 apenas 340 000 negros frequentavam o ensino superior, nos inícios da década de oitenta mais de um milhão ingressou nas universidades (Hunter 217).

No entanto, esta política de ajuda e de criação de oportunidades está longe de encontrar consenso. Quando se pretende valorizar uma minoria, oferecendo-lhe concessões especiais, conduz-se inevitavelmente a desequilíbrios, mesmo que temporários, e a maioria ou as outras minorias queixam-se de que estão a ser preteridas. Robert Dahl, politólogo e defensor da teoria pluralista da democracia, equaciona o problema:

Do not all human beings (...) possess the fundamental moral right to have their interests taken equally into account? Even a utilitarian would acknowledge the validity of a claim to a certain basic moral equality, in insisting that utility to a person A counts precisely the same as utility to a person B. (Dahl 97)

De facto, num plano ideal, a democracia pressupõe igualdade no voto e perante a lei, nos direitos e na participação efetiva, no esclarecimento e na liberdade de escolha. O termo *igualdade* é vital neste contexto e, se for levado à letra, a discriminação positiva é antidemocrática porque cria deliberadamente desigualdades temporárias. Neste âmbito, surgem diversas questões, pertinentes. Será que esses programas de ajuda são legítimos? Que critérios são utilizados para medir as necessidades de cada grupo? Durante quanto tempo deverá a discriminação positiva ser implementada? Será justo aceitar estudantes numa academia com base não no mérito, mas na etnia? Em que etnia se classifica um aluno descendente de judeus e negros, por exemplo? Porquê dar preferência ao filho de um médico negro e não ao de um mineiro branco? Esta estratégia cria igualdade ou gera apenas elites no seio de cada grupo? (Schrag 2-4).

Todas estas questões têm razão de ser e são inúmeros os casos em que nem as próprias

etnias estão satisfeitas com o sistema, já que estes programas de ajuda têm sido acusados de favorecer preferencialmente *certas minorias*, em detrimento de outras. Os chicanos residentes na zona de Washington, por exemplo, queixaram-se de não estarem a usufruir das mesmas oportunidades de emprego e de acesso a posições no governo, devido ao poder político que os afro-americanos detêm nessa área. Um protesto semelhante foi apresentado pelos afro-americanos relativamente aos asiáticos, a propósito de um programa de ajuda social desenvolvido no estado de Ohio (Fuchs XXI). Por seu turno, dentro do grupo asiático, os candidatos vietnamitas à faculdade de medicina da universidade da Califórnia foram rejeitados em proveito dos colegas negros e hispânicos, cujas classificações eram inferiores (Schrag 1).

Longe de agradar a todos, os programas causaram um descontentamento generalizado. Em 1995, 60% dos eleitores da Califórnia, um estado onde existe uma grande pluralidade étnica, mostraram-se a favor do *California Civil Rights Initiative*, que pretendia acabar com as preferências no acesso ao emprego e universidades com base na etnia ou sexo. Apenas 35% votaram contra (Schrag 1), sintoma do mal-estar causado pelo sistema de discriminação positiva.

Na Primavera de 1995, uma sondagem ao nível nacional, empreendida conjuntamente pela revista *USA Today* e pela estação televisiva CNN, revela a mesma tendência: um terço das pessoas concorda com a discriminação positiva, 26% não se opõem, mas 37% por cento discordam (Schrag 5). Por outro lado, mesmo alguns dos beneficiados contestam esta ajuda. Afro-centristas há que questionam o ideal da discriminação positiva, considerando que programas de auxílio e uma certa visão paternalista do negro deram origem uma imagem pública humilhante.

Hodiernamente, outras questões relativas à educação têm tido lugar nos debates políticos. Aspectos como a ajuda federal às zonas escolares estaduais, a ajuda pública a escolas privadas, a justiça social, a variedade curricular, etc., têm estado no centro de inúmeras polémicas.

5. Cultura, economia e sexo: intersecções e dinamismos

A generalidade dos ensaístas que se debruça sobre o multiculturalismo estuda, e contextualiza a identidade das comunidades étnicas, colocando a tónica na *cultura*, concebida como o conjunto de tradições, língua, religião, expressões artísticas e literárias de um grupo. Consequentemente, muitos esquecem outros aspectos essenciais da vida das minorias, nomeadamente as diferenças económicas e sexuais no seio do grupo. É importante compreender a intersecção entre cultura, economia e sexo, sobretudo na época atual em que

se verificam transformações importantes nessas áreas, que inevitavelmente se refletem na identidade de cada etnia.

Um exemplo de como o fator económico pode alterar o relacionamento entre os indivíduos de uma comunidade encontra-se entre os afro-americanos. Nas últimas três décadas, os programas de discriminação positiva criaram uma elite que possui um nível de vida superior ao dos outros membros do grupo. Assim, acentuaram-se as diferenças económicas, gerando a sensação de que os negros bafejados por uma educação superior e emprego bem remunerado se *renderam* aos modos de viver e de pensar dos euro-americanos e perderam a vontade de lutar pelos ideais comuns.

Os estudiosos da sociedade multicultural têm vindo a comparar os rendimentos do grupo de elite, da chamada classe média e dos mais desfavorecidos, a relacionar os réditos com a escolaridade, a verificar como se efetua a distribuição demográfica dos mais ricos e dos mais pobres, a perceber as opções políticas destes e daqueles, a analisar, enfim, tudo quanto segmenta a comunidade. Como afirmam La Belle e Ward, observar as diferenças internas é também uma forma de perceber a etnia, a imagem exterior que dela imana e o seu relacionamento com os restantes grupos (La Belle 32).

Nesta linha, é importante analisar a questão da *sexualidade* dentro dos vários grupos étnicos, um tema relegado para segundo plano, porque visto como *não cultural* e, portanto, fora do âmbito dos estudos multiculturais (Davis 46). Um exemplo desta atitude pouco científica ocorreu na província canadiana de Ontário, em 1995. Aqui, vários grupos de lésbicas homossexuais e ameríndios sugeriram projetos de índole cultural, destinados a mostrar ao grande público a sua arte, literatura e modos de vida. Para espanto dos organizadores, todas as iniciativas foram liminarmente rejeitadas pelo *Ministry of Cultural Affairs*, o organismo que regula a atribuição de subsídios necessários ao desenvolvimento de atividades deste teor. O argumento oficial exemplifica o preconceito a que aludi anteriormente: os projetos dos *gays* e das lésbicas não foram contemplados porque esses indivíduos foram vistos como pertencendo a uma minoria sexual, e não como fazendo parte do grupo mais alargado, a etnia ameríndia. Por outras palavras, as autoridades não conseguiram compreender as pessoas como ameríndios e homossexuais ou ameríndias e lésbicas (Davis 45).

Em resultado desta atitude, encontra-se ainda, em boa parte, por escrever a história da discriminação sexual e do papel da mulher no seio das diversas culturas. Ronald Takaki e Leonard Dinnerstein, entre outros, desenvolveram um trabalho pioneiro e válido nesta área. O segundo autor aprofundou a forma como no século XIX as tradições comunitárias permitiam ou não a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e de que modo. Descobriu que não havia uma base histórica para sustentar a ideia de que todos os grupos de imigrantes euro-americanos

pensavam e agiam da mesma maneira em relação a esta questão. Pelo contrário, o panorama era extremamente heterogéneo: os maridos gregos não consentiam que as suas mulheres tivessem um emprego, porque tal iria ferir o seu orgulho masculino e o preconceito de que “o ganha-pão é o homem”; no extremo oposto, as mulheres polacas eram incentivadas a labutar, dentro ou fora de casa, tivessem ou não filhos; já as holandesas só trabalhariam no exterior se a empresa fosse pertença da família; por seu turno, as franco-canadianas podiam empregar-se numa linha fabril, mas nunca ao domicílio, etc. (Dinnerstein 145-149). É evidente que aqui residem ideias, valores e juízos que os Estudos Culturais não podem contornar.

É importante ter em conta um outro aspeto, quando se aborda o problema da sexualidade: a pouca atenção que o feminismo branco tem prestado à condição das mulheres pertencentes a outras etnias. Segundo a ensaísta afro-americana bell hooks, o feminismo branco surgiu como o resultado da luta de um grupo restrito de mulheres, “college-educated, middle and upper class, married white women — housewives bored with leisure” (hooks 1), concentradas sobretudo em obter a igualdade em relação aos homens, em ter acesso a uma carreira profissional, em acabar com a violência doméstica, em ter controlo sobre o seu corpo e aspetos relacionados com ele, como a reprodução (Kubitschek 28).

Betty Friedan, autora da obra seminal *The Feminine Mystique*, e fundadora do movimento feminista moderno, acreditava que a sua causa era comum à grande maioria das americanas, não se preocupando em fazer uma análise dos casos específicos. hooks critica essa generalização, argumentado que desde Friedan até às atuais feministas se têm ignorado aspetos importantes, como a classe social, a etnia e a cultura, que dão forma à vida individual e coletiva das mulheres (hooks 3).

De facto, a condição, os problemas e as necessidades de uma negra, por exemplo, eram e continuam a ser diferentes dos de uma mulher branca. Sobretudo até à década de cinquenta, a afro-americana tinha de trabalhar durante longas horas a fio, a troco de um baixo salário, defrontava-se *pari passu* com o racismo institucionalizado, e a sobrevivência económica era o principal objetivo. Neste contexto, os papéis tradicionalmente atribuídos à mulher branca da classe média, como criar os filhos e ficar em casa a tratar das tarefas domésticas, tão criticados pelas feministas europeias e WASP, eram um luxo para as afro-americanas, que tinham de conjugar o seu trabalho com as lides da casa (Kubitschek 29).

Para hooks, é pouco provável que esta situação mude. Em primeiro lugar, porque continuam a ser sobretudo as mulheres brancas quem tem acesso ao ensino superior, aos *mass media*, a certos cargos políticos importantes e aos vastos fundos necessários para montar campanhas de sensibilização (hooks 6-11). Por outro, hooks constata que a maioria das feministas brancas persiste em colocar a ênfase na sexualidade, argumentando que o sexismo é

superior ao racismo, ou dissociando as realidades sexo e etnia. Tal pensamento não satisfaz a mulher afro-americana, cujos problemas *específicos* resultam de uma conjuntura criada por todas as discriminações e condicionalismos: etnia, sexo, tradição opressora, etc. (hooks 14).

Neste contexto, emerge um feminismo étnico, no caso concreto, o feminismo afro-americano, que procura responder aos temas e preocupações concretos das mulheres pertencentes a esse grupo. Como nota Carolyn Denard, especialista em literatura afro-americana:

For black women, their concern with feminism is usually more group-centered than self-centered, more cultural than political. As a result, they tend to be concerned more with the particular female cultural values of their own ethnic group rather than with those of women in general. They advocate what may be called ethnic cultural feminism. And in so doing, they are able to address the rights and values of women without separating themselves from the allegiance to their ethnic group. (Denard 172)

Em conclusão, economia, racismo e sexo constituem vetores incontornáveis que moldam e caracterizam a cultura e o modo de vida de cada comunidade. Questões como “how is class shaped by gender and race?” ou “how do ‘race’, class and gender combine or cut across one another?” são essenciais e passíveis do interesse e estudo de quem se debruça sobre a sociedade multicultural.

6. Algumas conclusões

Quatro séculos depois de Colombo ter pisado o Novo Mundo, o racismo continua bem vivo e tanto os incidentes individuais, quotidianos, como os violentos tumultos sociais que ocasionalmente agitam os EUA não o deixam esquecer. A sociedade multicultural norte-americana não é harmoniosa, nem igualitária, apesar de toda a legislação, medidas políticas e o esforço contínuo de inúmeras organizações não-governamentais.

Agora que o chamado século americano termina, cada vez mais a nação debate o seu presente e o seu futuro, nos meios de comunicação social, nos sindicatos, nos partidos políticos, nas academias, nos círculos literários e artísticos, e se dá conta que a sua sobrevivência depende do respeito interétnico e de uma cuidada política que atenda às características da nação.

Sobretudo os últimos cinquenta anos têm sido férteis em propostas e debates, mas também em dilemas e problemas que evidenciam a dificuldade de lidar com a diferença e mostram que, no caleidoscópio, a construção da identidade é um processo complexo, vivo e dinâmico. O tipo de sociedade que resultará desta interação entre os diversos grupos étnicos,

permanece ainda uma incógnita; contudo, não restam dúvidas de que se vivem atualmente transformações profundas no modo de pensar e de projetar a nação, o que torna todas estas questões tão fascinantes quanto delicadas.

Bibliografia

- Dahl, Robert A. *Dilemmas of Pluralist Democracy: Autonomy vs. Control*. New Haven: Yale UP, 1982.
- Davis, Angela Y. "Gender, Class and Multiculturalism". *Mapping Multiculturalism*. Eds. Avery F. Gordon, and Christopher Newfield. Minneapolis: U of Minnesota P, 1996. 40-48.
- Denard, Carolyn. "The Convergence of Feminism and Ethnicity in the Fiction of Toni Morrison". *Critical Essays on Toni Morrison*. Ed. Nellie McKay. Boston: G. K. Hall, 1988. 171-178.
- Dinnerstein, Leonard, Roger L. Nichols, and David Reimers. *Natives and Strangers: A Multicultural History of Americans*. New York: Oxford UP, 1996.
- Espiritu, Yen Le. *Asian American Panethnicity: Bridging Institutions and Identities*. Philadelphia: Temple, 1992.
- Fuchs, Lawrence H. *The American Kaleidoscope: Race, Ethnicity and the Civic Culture*. Hanover: Wesleyan UP, 1995.
- Gillespie, Marie. *Television, Ethnicity, and Cultural Change*. London, Routledge, 1995.
- Gordon, Avery F., and Christopher Newfield, eds. *Mapping Multiculturalism*. Minneapolis: U of Minnesota P, 1996.
- Hall, Stuart, and Paul Du Gay, eds. *Questions of Cultural Identity*. London: Sage Pub., 1996.
- hooks, bell. *Feminist Theory: From Margin to Center*. Boston: South End P, 1984.
- Hunter, James Davison. *Culture Wars: The Struggle to Define America: Making Sense of the Battles over the Family, Art, Education, Law and Politics*. New York: Basic Books, 1991.
- Kubitschek, Missy Dehn. *Toni Morrison: A Critical Companion*. Westport: Greenwood P, 1998.
- La Belle, Thomas J. and Christopher Ward. *Ethnic Studies and Multiculturalism*. Albany: U of New York P, 1996.
- McKay, Nellie. *Critical Essays on Toni Morrison*. Boston: G. K. Hall, 1988.
- Minow, Martha. *Making All the Difference: Inclusion, Exclusion and American Law*. Ithaca: Cornell UP, 1990.
- Omi, Michael, and Howard Winant. *Racial Formation in the United States: From the 1960s to the 1990s*. New York: Routledge, 1994.
- Schrag, Peter. "So You Want to Be Color-Blind: Alternative Principles for Affirmative Action". *The American Prospect* 22 (Summer 1995): 1-7.

Sollors, Werner. *Beyond Ethnicity: Consent and Descent in American Culture*. New York: Oxford UP, 1986.

Waters, Mary C. *Ethnic Options: Choosing Identities in America*. Berkeley: U of California P, 1990.

Resumo

Os Estados Unidos da América, nação vocacionada para receber imigrantes dos mais diversos países e culturas, apresenta uma grande diversidade étnica. Neste artigo, analiso alguns dos dilemas que se colocam à sociedade multicultural norte-americana: deve aceitar-se ou ignorar a diferença? Será um grupo étnico uma entidade natural ou construída? A discriminação positiva atenua os problemas étnicos ou constrói apenas uma elite? Haverá uma interseção entre cultura, economia e sexo? Para escorar a minha pesquisa, recorro aos estudos de sociólogos, políticos, especialistas em estudos étnicos e direito, bem como à minha opinião.